



EDITORA



UnB

# **Análise de práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais de Ciências Agrárias**

Reflexões sobre o Programa Residência Agrária

## **Volume II**



N. Cham.: 37.018.523 P912co

Título: Práticas contra-hegemônicas na  
formação dos profissionais das ciências



10455881 Ac. 1035245

v. 2 Ex.2 BCE

### **Organizadores**

Mônica Castagna Molina  
Fernando Michelotti  
Rafael Litvin Villas Boas  
Rita Fagundes

EDITORA



UnB

**Práticas contra-hegemônicas na  
formação dos profissionais das  
Ciências Agrárias  
Volume II**

Reflexões sobre o Programa Residência Agrária

**Organizadores**

Mônica Castagna Molina

Fernando Michelotti

Rafael Litvin Vilas Boas

Rita Fagundes



**Universidade de Brasília**

**Reitora** Márcia Abrahão Moura  
**Vice-Reitor** Enrique Huelva

EDITORA



**UnB**

**Diretora** Germana Henriques Pereira

**Conselho editorial** Germana Henriques Pereira  
Fernando César Lima Leite  
Estevão Chaves de Rezende Martins  
Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende  
Jorge Madeira Nogueira  
Lourdes Maria Bandeira  
Carlos José Souza de Alvarenga  
Sérgio Antônio Andrade de Freitas  
Verônica Moreira Amado  
Rita de Cássia de Almeida Castro  
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

---

P912 Práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das Ciências Agrárias: reflexões sobre o Programa Residência Agrária : volume II / Mônica Castagna Molina ... [et al.], [organização]. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2017.  
476 p. ; 23 cm.

ISBN 978-85-230-1208-3.

1. Educação do campo. 2. Ciências Agrárias. 3. Residência agrária. 4. Agroecologia. I. Molina, Mônica Castagna (org.).

CDU 63

**Equipe editorial**

Observatório da Educação do Campo  
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)  
Centro Transdisciplinar de Educação do Campo - CETEC

**Coordenadora de produção editorial**

Mônica Castagna Molina

**Preparação e revisão**

Sandra Fonteles

**Capa, projeto gráfico, tratamento  
de imagem, produção gráfica,  
vetorização de  
figuras/gráficos/tabelas/quadros,  
diagramação e arte final**

Alex Silva

O presente trabalho foi realizado com apoio do Programa Observatório da Educação, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/Brasil.

*Copyright* © 2017 by Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília

SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,

2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF

Telefone: (61) 3035-4200

Site: [www.editora.unb.br](http://www.editora.unb.br)

E-mail: [contatoeditora@unb.br](mailto:contatoeditora@unb.br)

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

# Sumário

<b>Prefácio</b>	
Roseli Salete Caldart.....	06

<b>Apresentação</b>	
As Organizadoras e os Organizadores.....	17

## **BASES TEÓRICAS E EPISTEMOLÓGICAS DO PROGRAMA RESIDÊNCIA AGRÁRIA**

<b>Residência Agrária e projeto educativo dos camponeses</b>	
Clarice Aparecida dos Santos.....	28

<b>Agroecologia: uma contribuição camponesa à emancipação humana e à restauração revolucionária da relação metabólica sociedade-natureza</b>	
José Maria Tardin e Dominique Michèle Perioto Guhur.....	44

## **EIXO 1 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, TERRITÓRIOS CAMPONESES E ORGANIZAÇÃO SOCIAL**

<b>Educação do Campo e democracia: a experiência do Curso “Residência Agrária – Matrizes Produtivas da Vida no Campo” da Universidade de Brasília</b>	
Beatriz Casado Baides, Geraldo José Gasparin, Luiz Henrique Gomes de Moura, Rafael Litvin Villas Bôas e Marco Antonio Ribeiro Baratto.....	102

<b>Construção compartilhada de saberes: a experiência do NEEPA</b>	
Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo, Andrea Machado Camurça e Lígia Alves Viana.....	128

<b>Ressignificando resistências e apontando caminhos: IALA Amazônico e Residência Agrária</b>	
Fernando Michelotti, Marcelo Bruno Ribeiro Barbosa e Elenara Ribeiro da Silva.....	146

<b>Uma entrada pela fresta: reflexões sobre a Pós-Graduação Residência Agrária na Universidade Federal do Pará</b>	
Sônia Barbosa Magalhães e Laura Angélica Ferreira.....	176

<b>Estratégias pedagógicas na articulação entre teoria e prática no Programa de Pós-Graduação em Direitos Sociais do Campo – Residência Agrária (UFG/Regional Goiás)</b>	
Erika Macedo Moreira, Ana Cláudia Diogo Tavares, Janaina Tude Sevá e Raniele Caroline de Sousa.....	192

## **EIXO 2 MATRIZES TECNOLÓGICAS**

<b>Processos históricos e inovações tecnológicas no semiárido brasileiro</b>	
Jonas Duarte.....	218

<b>Das sementes aos frutos: a experiência do Curso de Especialização em Extensão Rural Agroecológica e Desenvolvimento Rural Sustentável – Residência Agrária/UFC</b>	
Ivana Leila Carvalho Fernandes, Diana Mendes Cajado, Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo e Daniel Albiero.....	242

<b>Arte, cultura e Educação do Campo no Centro de Ciências Agrárias: o confronto com o instituído</b>	
Maria Inês Escobar da Costa.....	264

<b>Residência Agrária - Sergipe: semeando a agroecologia e a soberania alimentar</b>	
Rita Fagundes, Andhressa Araújo Fagundes e Amaury da Silva dos Santos.....	288

### **EIXO 3 AGROECOLOGIA, SAÚDE, FEMINISMO, SEMENTES E O PROCESSO DE GERAÇÃO DA VIDA**

<b>Mulheres camponesas e quintais: anúncio de esperança e (re)existência para a vida planetária</b>	
Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo, Andrea Machado Camurça, Lígia Alves Viana e Karla Karolline de Jesus Abrantes.....	312

<b>O protagonismo das mulheres no Residência Agrária da UnB: um despertar feminista</b>	
Adriana Fernandes Souza e Charlotte Emanuele da Silva Sousa.....	332

<b>Diálogo entre segurança alimentar, saúde e agroecologia: uma experiência de pesquisa e extensão do Curso de Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe (UFS)</b>	
Andhressa Araújo Fagundes, Rita Fagundes, Tatiana Canuto Silva e Josefa Adriana Leal.....	348

### **EIXO 4 FEIRAS DA REFORMA AGRÁRIA, AGROECOLOGIA E RELAÇÃO CAMPO E CIDADE**

<b>Feiras da Reforma Agrária: uma ferramenta para a organização produtiva e para o fortalecimento da soberania alimentar</b>	
Bárbara Loureiro Borges e Fábio Ramos Nunes.....	374

<b>Feira dos Produtores Rurais de Parauapebas/PA: produção e circulação de alimentos como temática de estudo no Residência Agrária</b>	
Haroldo de Souza, Fernando Michelotti e Ayala Lindabeth Dias Ferreira.....	394

<b>A construção de dados sobre a inserção dos agricultores assentados no PNAE</b>	
Marcela Medeiros de Castro e Débora Franco Lerrer.....	410

<b>As Feiras Nacionais do MST e a Reforma Agrária Popular</b>	
Ana Manuela Chã, Carla Tatiane Guindani, Daniel Mancio e Andrea Matheus.....	428

<b>Posfácio</b>	
As Organizadoras e os Organizadores.....	447

<b>A respeito das Organizadoras e Organizadores.....</b>	<b>463</b>
--	------------

<b>A respeito dos Autores.....</b>	<b>467</b>
------------------------------------	------------

## **EIXO 3**

# **AGROECOLOGIA, SAÚDE, FEMINISMO, SEMENTES E O PROCESSO DE GERAÇÃO DA VIDA**

**Mulheres camponesas e quintais:  
anúncio de esperança e re(existência) para a vida planetária**

*Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo, Andrea Machado Camurça,  
Lígia Alves Viana e Karla Karolline de Jesus Abrantes*

**O protagonismo das mulheres no Residência Agrária da UnB:  
um despertar feminista**

*Adriana Fernandes Souza e Charlotte Emanuele da Silva Sousa*

**Diálogo entre segurança alimentar, saúde e agroecologia:  
uma experiência de pesquisa e extensão do Curso de  
Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe (UFS)**

*Andhressa Araújo Fagundes, Rita Fagundes, Tatiana Canuto Silva  
e Josefa Adriana Leal*



# Diálogo entre segurança alimentar, saúde e agroecologia: uma experiência de pesquisa e extensão do Curso de Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe (UFS)

---

Andhressa Araújo Fagundes<sup>1</sup>

---

Rita Fagundes<sup>2</sup>

---

Tatiana Canuto Silva<sup>3</sup>

---

Josefa Adriana Leal<sup>4</sup>

---

## Introdução

Inúmeros foram os avanços da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil nos últimos anos. Os resultados do relatório *The State of Food Insecurity in the World*, publicado pela *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO, 2014), demonstram que o Brasil saiu do mapa da fome depois de muitas décadas em que expressiva parcela da população padecia desse mal. O Brasil foi um dos países que mais cooperaram para alcançar a meta do 1º Objetivo do Desenvolvimento do Milênio (ODM): erradicar a extrema pobreza e a fome. Entre os anos 2002 e 2014 o país apresentou a maior redução no número de indivíduos subalimentados no mundo (BRASIL, 2015a).

---

<sup>1</sup>Doutora em Nutrição Humana e Docente Adjunta do Departamento de Nutrição (UFS). Ministrou aulas e orientou Trabalhos de Conclusão vinculados ao Eixo de Saúde no Campo (Residência Agrária – UFS).

<sup>2</sup>Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Foi coordenadora pedagógica do Curso de Especialização em Residência Agrária (UFS).

<sup>3</sup>Mestranda do Departamento de Nutrição (UFS). Participou da atividade de extensão do Eixo de Saúde no Campo (Residência Agrária – UFS).

<sup>4</sup>Especialista em Residência Agrária (UFS). Médica do Programa Saúde da Família em Simão Dias/SE.

A SAN teve o seu conceito ampliado em 2003 na III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional com a incorporação de dimensões fundamentais que não eram até então consideradas. Passou a congregar questões relativas à produção e disponibilidade de alimentos (suficiência, estabilidade, autonomia e sustentabilidade), ao aspecto nutricional e à preocupação com a promoção da saúde (BRASIL, 2010a):

Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base: práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

O aparato normativo legal da SAN existente atualmente no Brasil foi resultado de vários processos de lutas e conquistas de diferentes áreas, para que não ficasse restrito à questão da qualidade sanitária dos alimentos. Com êxito, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), instituída em 2006, define SAN como a efetivação do direito ao acesso frequente e perdurável a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem prejudicar outras necessidades primordiais. Esse dispositivo legal dispõe ainda que a alimentação adequada é um direito fundamental, inerente à dignidade da pessoa humana (BRASIL, 2006).

Muitas iniciativas foram implementadas em matéria de segurança alimentar e nutricional no Brasil, tais como: a implantação em 2010 da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; a efetivação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), voltado para monitorar e avaliar as políticas públicas de SAN do país; a ampliação da cobertura e do número de políticas sociais e melhoria do acesso dos brasileiros aos alimentos; a redução da prevalência de insegurança alimentar domiciliar. Apesar de todas essas medidas e dados favoráveis, a SAN ainda se apresenta como um instigante (e parece que inesgotável) tema para debates e articulação, com necessidade de avanços e adequações em vários aspectos. Isso se deve especialmente por envolver, no seu contexto, diferentes setores responsáveis pelas intervenções, políticas e programas, dentre os quais a saúde, a agricultura, o desenvolvimento

social, a educação, a economia, desenvolvimento agrário e outros setores (BRASIL, 2010a, 2010b, 2015a, 2015b).

No que se refere ao setor saúde, há uma convergência de esforços entre a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), promulgada em 1999 e revisada em 2012, e a PNSAN, bem como uma progressiva articulação e cooperação entre o Sistema Único de Saúde (SUS), o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) para o enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional e dos agravos em saúde e de seus determinantes sociais (BRASIL, 2012, 2010c).

Os enfoques que nortearam a construção do conceito de SAN no Brasil – os aspectos socioeconômico e de saúde/nutrição – ainda delineiam as ações do setor de saúde para a SAN (BRASIL, 2012), reconhecendo o papel essencial desse setor no processo de articulação intersetorial, do diagnóstico e monitoramento da situação alimentar e nutricional e da promoção da alimentação adequada e saudável.

A garantia da SAN demanda que o direito à saúde seja respeitado e efetivado para que seja alcançada a alimentação e a nutrição adequadas, sendo, portanto, indissociáveis a SAN e a saúde (ALVES; JAIME, 2014). A alimentação é um dos determinantes da saúde e um direito de todos os indivíduos, ao passo que a vulnerabilidade e situações de insegurança alimentar e nutricional acabam por recair sobre o setor saúde.

Por se tratar de um conceito amplo e complexo, vários são os indicadores recomendados e utilizados para a mensuração das situações de insegurança alimentar: a) disponibilidade de alimentos (informações sobre transporte, produção e comercialização de alimentos); b) acesso (aspectos socioeconômicos e culturais); c) consumo (condições de saúde e nutrição); d) utilização biológica de alimentos (indicadores de acesso a serviços sociais, de saneamento básico e de saúde); e) cálculo da disponibilidade calórica diária *per capita*; f) cálculo do consumo alimentar; g) quantificação dos gastos familiares com aquisição de alimentos; h) antropometria (avaliação de peso/estatura por faixa etária para o cálculo do estado nutricional); i) Escala Brasileira de InSegurança Alimentar - EBIA (PANELLI-MARTINS et al., 2007; ANJOS; BURLANDY, 2010; BRASIL, 2014; AZEVEDO; RIBAS, 2016; KEPPEL; SEGALL, 2011).

A EBIA é um instrumento validado para mensurar a situação de SAN domiciliar pela autopercepção da população quanto ao acesso a alimentos qualitativa e quantitativamente nos últimos 90 dias antes da pesquisa e a sensação de medo de sofrer restrição alimentar em um futuro próximo (BRASIL, 2014; AZEVEDO; RIBAS, 2016).

Recomenda-se a utilização associada desses indicadores com análise conjunta para a melhor interpretação da situação de SAN, em especial quando se deseja mensurar os efeitos sobre a saúde e a nutrição dos indivíduos. Indicadores como iniquidade territorial, renda *per capita* das famílias, escolaridade, condição de trabalho e acesso ao trabalho formal são exemplos que conferem mais clareza aos resultados e auxiliam em uma interpretação mais concreta da situação.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2013, que utiliza a EBIA, mostram uma redução da situação de Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) nos domicílios brasileiros no período entre 2004 (45%) e 2013 (33%) (BRASIL, 2014). Os dados revelam ainda que, em 2004, 16 estados do Brasil tinham aproximadamente 8% da sua população em IAN Grave, zerando essa classificação em 2013 (BRASIL, 2014, 2015c).

No caso particular de Sergipe, a última avaliação constatou prevalência global (independentemente do grau) de 32,7% de insegurança alimentar. Mesmo com avanços e melhorias, ainda fica clara a concentração de populações que padecem da insegurança alimentar: a prevalência de insegurança aumenta para 40% nos domicílios rurais e atinge 37% dos domicílios com rendimento mensal *per capita* inferior a  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo (BRASIL, 2014).

Com toda essa trajetória, sabe-se atualmente que o déficit nutricional não é a única expressão da Insegurança Alimentar. Nas últimas décadas, observou-se uma ágil transição demográfica, epidemiológica e nutricional influenciando diretamente os padrões de saúde e consumo alimentar de toda a população brasileira. A obesidade e as Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), tais como hipertensão, diabetes, doenças coronarianas e outras, são igualmente situações consequentes dessa expressão (BRASIL, 2014, 2012).

No entanto, além do estado nutricional (déficit/desnutrição ou excesso de peso) e da fome e miséria, há outros elementos que afetam e violam o

Direito Humano a uma Alimentação Adequada (DHAA), configurando uma situação de Insegurança Alimentar (IAN): acesso inadequado à água e ao saneamento de qualidade; consumo de alimentos de má qualidade sanitária e/ou contaminados por falta de controle da utilização de agrotóxicos e transgênicos; acesso negado ao usufruto das terras tradicionais (BURITY et al., 2010); doenças associadas à má alimentação; consumo de alimentos de qualidade duvidosa ou prejudicial à saúde; estrutura de produção de alimentos predatória em relação ao ambiente; bens essenciais com preços abusivos; imposição de padrões alimentares que não respeitam a diversidade cultural (PEIXOTO, 2014).

Segundo Azevedo e Ribas (2016), o Brasil basicamente ignora o referencial tradicional e o local de produção e consumo com indescritível dificuldade de fomentar e promover sistemas de produção familiar e soberania alimentar. Os autores completam que ainda não se identifica a erosão cultural da dieta e dos sistemas alimentares, tampouco a contaminação química e genética dos alimentos como elementos de insegurança alimentar. De algum modo, esses elementos até já estão presentes, mas não há a força necessária para realizar efetivas avaliações e sua publicização para intervenções cabíveis.

No Brasil, 70% dos alimentos *in natura* consumidos estão contaminados por produtos e aditivos químicos, sendo o primeiro país no *ranking* de consumidores de agrotóxicos do mundo, segundo dados do Dossiê da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (CARNEIRO et al., 2012). As doenças associadas ao uso/consumo de agrotóxicos e de outros defensivos químicos são inúmeras: diversos tipos de câncer, imunodepressão, doença de Parkinson, depressão e outros distúrbios neurológicos, autismo, aborto, esterilidade, problemas congênitos e respiratórios, alergias, algumas formas de anemia e resistência a antibióticos (AZEVEDO; RIBAS, 2016). Esses são exemplos demonstrando que, para além da avaliação do estado nutricional, o consumo de alimentos e produtos não saudáveis apresenta uma estreita relação com o processo saúde-doença que resulta em situações de IAN.

Nesse contexto, a Agroecologia se apresenta como ferramenta e estratégia fundamentais para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SCHUTTER, 2012). Sevilla Guzmán define Agroecologia como

[...] manejo ecológico dos recursos naturais através de formas de ação social coletiva, que represente alternativas ao atual modelo industrial dos recursos naturais, mediante propostas surgidas de seu potencial endógeno [...] que pretendem um desenvolvimento participativo desde a produção até a circulação alternativa de seus produtos agrícolas, estabelecendo formas de produção e consumo que contribuam para encarar a atual crise ecológica e social (2011, p. 11).

Pensando nesses aspectos, no diálogo entre essas temáticas e na formação dos estudantes, os professores do eixo Saúde no Campo do Curso de Especialização em Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe (UFS) planejaram uma ação de pesquisa e extensão visando contribuir de forma interdisciplinar com uma comunidade tradicional quilombola. A ação buscou contemplar a recomendação de se utilizar diferentes indicadores em uma análise conjunta para melhor interpretar a situação de SAN e contribuir com a comunidade.

## **Notas sobre a Comunidade de Sítio Alto e as populações quilombolas**

A comunidade de Sítio Alto fica localizada a sete quilômetros do centro do Município de Simão Dias, agreste sergipano. Recebeu essa denominação por estar situado no alto de um morro. As famílias não sabem informar há quanto tempo residem no local: "Minha bisavó nasceu aqui, minha avó, minha mãe. Somos daqui". Desde 2011, a comunidade luta para ser reconhecida como quilombola. Em 2014, representantes da Fundação Cultural Palmares e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária visitaram a comunidade e se reuniram com as famílias. Entretanto, embora tenha sido reconhecida e certificada pela Fundação Cultural Palmares, ainda não foram realizadas as demais etapas do procedimento, a área ainda não foi demarcada e a comunidade ainda não possui o título definitivo da propriedade. É oportuno destacar que a luta pelo reconhecimento é recente, pois a população não tinha conhecimento de seus direitos nem que havia

uma legislação específica que a reconheceria como um grupo socialmente diferenciado (FAGUNDES et al., 2016).

O Brasil tem 25% do seu território ocupado por povos e comunidades tradicionais – quilombolas, indígenas, seringueiros, dentre outros – representando quase cinco milhões de pessoas. Sabe-se da existência de inúmeros desses agrupamentos no território brasileiro, embora apenas uma minoria possua o título definitivo de propriedade, direito assegurado pela Constituição Federal de 1988 (CAMBUY, 2006).

Todas as regiões brasileiras apresentam áreas com remanescentes de quilombos. Segundo dados da Fundação Cultural Palmares, há 2.401 comunidades quilombolas certificadas no Brasil; destas, 31 estão localizadas no estado de Sergipe (BRASIL, 2016). Esses povos enfrentam continuamente barreiras para o acesso ao território, terra e políticas públicas, além da dificuldade de manter os seus modos de sobrevivência, uma vez que se constituem como pilares para a produção e a reprodução de seus saberes tradicionais (BRASIL, 2006).

A principal ocupação dos moradores de Sítio Alto está relacionada à agricultura. Não existe tratamento de esgoto e não há abastecimento público de água encanada. Entretanto, desde 2007 os moradores não precisam mais caminhar quilômetros em busca de água, o que é motivo de riqueza, segundo eles. A partir de mutirões e da doação de materiais viabilizados pela Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), foi construída uma cisterna em cada casa para armazenar a água da chuva. Todavia, a água armazenada só é suficiente para o consumo doméstico, de modo que as famílias só podem plantar no período de chuva. Para além das dificuldades enfrentadas durante os períodos de estiagem, os lotes das famílias são muito pequenos, fato que contribui para sua insegurança alimentar e nutricional. Uma moradora do local, ao se referir ao tamanho do seu quintal, declarou: “falta uma vara para uma tarefa”, o que significa que o lote não tem sequer três mil metros quadrados, ou seja, tem menos de 0,3 hectares (FAGUNDES et al., 2016).

## **Método: planejamento e realização da ação de extensão**

O Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe foi resultado do fomento da chamada pública entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Foi idealizado com o objetivo de associar a tríade ensino, pesquisa e extensão (rural) numa perspectiva problematizadora, dialógica e participativa para os beneficiários do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e profissionais que desenvolvessem atividades educacionais e técnicas em assentamentos da Reforma Agrária de Sergipe.

A metodologia de base utilizada na Residência foi a Pedagogia da Alternância, que propõe a conjugação de distintas experiências formativas ao longo do tempo e em diferentes espaços. Assim, o curso de especialização em Residência Agrária da UFS foi realizado em momentos e espaços distintos e complementares, divididos em Tempo Universidade (conteúdo teórico, técnico-científico), Tempo Comunidade (atividades de intervenção e experimentação prática em assentamentos rurais, comunidades quilombolas, ribeirinhas e extrativistas) e Tempo Síntese (reuniões para avaliação do desempenho e articulação entre o Tempo Universidade e Comunidade, buscando pensar a relação da teoria e da prática, numa perspectiva não só de problematizar a realidade, mas de propor meios para transformá-la).

O Tempo Universidade foi proposto em oito eixos temáticos: 1. Campo e desenvolvimento: a questão agrária brasileira; 2. Metodologia científica; 3. Metodologias participativas e a pesquisa como princípio educativo; 4. Política, legislação e Estado; 5. Agroecologia, produção e sustentabilidade; 6. Práticas agroecológicas; 7. Saúde e segurança alimentar e nutricional no campo; 8. Agroindústria e cooperativismo. A Agroecologia foi o eixo orientador do curso, considerando elementos no processo educativo que versaram sobre a questão agrária, produção, comercialização, consumo e saúde (FAGUNDES et al., 2016).

Além das aulas teóricas e práticas, a coordenação do curso buscou o desenvolvimento de atividades complementares à formação, tais como visitas



técnicas, intercâmbios, cursos, oficinas e seminários, com o envolvimento dos discentes e parceiros, de forma interdisciplinar.

Partindo do fato de o curso ter a Agroecologia como eixo central, levando em consideração a compreensão que temos dessa área – prática, movimento e campo do conhecimento – e entendendo que não é possível pensar em saúde sem pensar na produção dos alimentos, foi elaborada uma atividade de vivência que ao mesmo tempo pudesse contribuir com a formação dos educandos e também com a comunidade a partir de uma parceria com o Núcleo de Estudos e Vivência Agroecológicas (EVA), o Departamento de Nutrição e o Departamento de Geografia, os dois últimos da UFS.

Uma das alunas do Curso de Residência Agrária, Josefa Adriana Leal dos Santos, médica da Equipe de Saúde da Família do município de Simão Dias/SE, sinalizou a possibilidade de realizar a atividade do Tempo Comunidade no povoado de Sítio Alto em Simão Dias, cumprindo o objetivo de atender a uma comunidade com demandas de saúde, nutrição e de cultivo. A proposta era perfeita para contemplar a temática de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), conceitos abrangentes e prioritários, em termos das políticas públicas atualmente, e um dos Direitos Sociais fundamentais incorporados à Constituição Federal em 2010 (BRASIL, 2010a).

Conforme explicitado, sabe-se que as condições nutricionais estão intimamente ligadas aos resultantes de saúde de uma população, além de serem indicadores da situação de SAN. Conhecer a realidade das comunidades e identificar tais indicadores são ações fundamentais para orientar os indivíduos a viverem melhor e buscarem condições para a superação dos principais problemas identificados.

Com esse pressuposto, foi realizado um contato prévio com a líder da comunidade de Sítio Alto, D. Josefa Santos de Jesus, que confirmou o desejo e a necessidade de a população local receber essas ações. Após uma visita ao local realizada pela Coordenação Pedagógica do Residência Agrária, juntamente com os professores responsáveis pelo Eixo de Saúde no campo, foi decidido pela realização de uma atividade interdisciplinar de vivência e imersão de três dias. Assim,

foram contemplados, além de discentes do Curso da Residência Agrária, alunos do curso de graduação em Nutrição e representantes do Departamento de Geografia e do Núcleo de Estudos e Vivências Agroecológicas (EVA).

O objetivo foi alinhar a demanda a uma vivência prática, visando ao atendimento à população e à interação entre a academia e a comunidade, fomentando benefícios para o processo ensino-aprendizagem dos envolvidos.

As ações propostas buscaram conhecer a situação nutricional, as condições de saúde, a percepção de Insegurança Alimentar das famílias (EBIA), as demandas por orientações de cultivo, plantio, além das tradições, dos hábitos e cultura da comunidade. Ademais, como objetivo macro, visaram contribuir com a população.

A preparação para a realização da atividade contou com a participação de todos os envolvidos, contemplando planejamento, organização da logística e da infraestrutura para os dias em campo. Cada departamento ficou responsável por realizar a seleção dos alunos interessados e com disponibilidade para participar da atividade durante os três dias, considerando o número máximo de 30 pessoas (capacidade do ônibus para o deslocamento e dos recursos financeiros para a hospedagem). Foi elaborado um comunicado com informações sobre a atividade e, no caso dos estudantes de graduação, cada um ficou com a atribuição de fazer o seu próprio seguro de vida, recomendado para atividades externas à universidade.

De forma articulada, os departamentos envolvidos elaboraram os formulários e questionários para o trabalho de campo, bem como treinamento dos discentes para padronização da coleta dos dados e atendimento à população. Foram elaboradas algumas cartilhas com temáticas sobre saúde, nutrição e agroecologia para serem socializadas com as famílias.

Foi produzida uma camiseta com a logomarca da ação, visando à melhor identificação da equipe de trabalho. O ônibus para a viagem e acompanhamento durante o período da atividade, com deslocamento entre Aracaju/Simão Dias/Aracaju e diariamente entre Simão Dias/Sítio Alto/Simão Dias, foi concedido pela UFS.

As refeições foram realizadas na própria comunidade, com a aquisição prévia dos gêneros alimentícios e organização com algumas mulheres da comunidade para a preparação das refeições (lanche da manhã, almoço e lanche da tarde). Cada participante foi orientado a levar seu próprio *kit* refeição: prato, talheres e copo, evitando gerar lixo com descartáveis e/ou onerar as despesas do domicílio que recebeu a equipe para as refeições.

Foram organizados dois pontos de atendimento na comunidade: a igreja, na parte mais alta do povoado, onde foram atendidos predominantemente os adultos e idosos, e a creche, na parte mais baixa, onde foram atendidas as crianças e os adolescentes. Foi providenciado um carro de som para a divulgação das atividades, convidando toda a comunidade para participar, em importante articulação com a equipe local de saúde da família.

Os equipamentos antropométricos e clínicos foram cedidos pelo Departamento de Nutrição da UFS e foram previamente calibrados. Parte dos insumos necessários para a coleta capilar de sangue foi cedida pela Secretaria Municipal de Saúde de Simão Dias por meio da equipe de saúde de Sítio Alto, e outra parte foi adquirida com o apoio financeiro do Curso de Residência Agrária.

### **As ações realizadas foram as seguintes (FAGUNDES et al., 2016):**

- ✓ Avaliação socioeconômica;
- ✓ Investigação (entrevistas) sobre as tradições e a cultura locais;
- ✓ Autopercepção sobre a situação de (In)Segurança Alimentar e Nutricional;
- ✓ Avaliação nutricional antropométrica (peso e estatura);
- ✓ Avaliação clínica de adultos e idosos ( aferição da pressão arterial);
- ✓ Avaliação bioquímica capilar (glicemia) de adultos e idosos;
- ✓ Triagem de anemia (capilar) em população em risco: crianças e gestantes;

- ✓ Rodas de conversa sobre Educação Alimentar e Nutricional com encorajamento e orientações a respeito do aleitamento materno e alimentação infantil;
- ✓ Orientações de higiene, manipulação e conservação dos alimentos, com ênfase na Alimentação Escolar;
- ✓ Sessão de cinema infantil na escola;
- ✓ Oficina prática de compostagem e armazenamento de sementes;
- ✓ Orientações nutricionais e médicas individualizadas;
- ✓ Encaminhamento à equipe de saúde local;
- ✓ Visitas domiciliares para acessar a população com impossibilidade de participar da ação;
- ✓ Socialização da tradição e cultura da comunidade.

## Resultados

Durante a vivência, a pesquisa identificou que 84,9% da população avaliada de Sítio Alto apresentavam algum tipo de insegurança alimentar, segundo os critérios da EBIA. Desse total, 40,3% apresentavam insegurança alimentar leve (quando há preocupação ou incerteza com o acesso futuro aos alimentos para a família) e 43,6%, moderada ou grave (quando se nota redução na quantidade de alimentos). Esses resultados ajudaram a compreender que os alimentos cultivados nos lotes pelas famílias não representam a principal fonte de alimentação. A aquisição de alimentos depende diretamente da renda da família para comprá-los.

O distanciamento da produção alimentar local e do fornecimento de alimentos para a população tem impacto nos hábitos e cultura alimentar quilombola, uma vez que originalmente a compra de alimentos não faz parte de seus hábitos. A aquisição de gêneros alimentícios em supermercados da ci-

dade expõe a comunidade aos produtos industrializados e ultraprocessados, ricos em açúcares, sódio, gorduras e calorias, que agravam a vulnerabilidade alimentar (FAGUNDES et al., 2016; BRASIL, 2012).

A insegurança alimentar em Sítio Alto condiz com a realidade das demais comunidades quilombolas brasileiras, fato observado em censo constatando que mais da metade da população quilombola apresentava características de insegurança alimentar (BRASIL, 2011b).

Trata-se de uma comunidade rural, com baixo nível de escolaridade: 66% dos entrevistados afirmaram saber ler e escrever, aproximadamente 70% tinham entre alfabetização e Ensino Fundamental I (até 5º ano). A principal ocupação é o trabalho na terra com 54% de agricultores ou lavradores, sendo a maioria em situação formal de trabalho temporário, autônomo ou desempregado.

Apesar de 98% relatarem ter alguma plantação em casa, a resposta se referia a gêneros complementares (hortaliças e leguminosas), insuficientes para garantir a alimentação da família. A ocupação da maioria dos homens e mulheres é o trabalho temporário na pulverização de agrotóxicos e colheita de milho em propriedades vizinhas. Sobre os programas sociais de transferência de renda, 84% declararam receber algum auxílio social e 69,2%, o Programa Bolsa Família.

A comunidade avaliada apresentou considerável consumo de alimentos industrializados: embutidos, guloseimas, bebidas açucaradas e alimentos pré-preparados, além de excessivo consumo de açúcar (8 kg/mês±4,6), óleo (2,7 litros±1,28) e sal (1,44 kg/mês).

O perfil nutricional da comunidade Sítio Alto convergiu com os demais dados, expressando as duas faces da Insegurança Alimentar e Nutricional: na infância, a desnutrição com baixo peso e baixa estatura (8%); na vida adulta, o excesso de peso (36% com sobrepeso e 8% com obesidade).

A partir do diálogo e das demandas da comunidade, foram realizadas oficinas de compostagem e armazenamento de sementes crioulas. Com a participação de adultos e crianças da comunidade, a oficina de compostagem foi iniciada com uma rodada de apresentações por meio de uma dinâ-

mica, seguida de conversa com as orientações sobre compostagem, além de atividade prática com a montagem de uma pilha de composto. Ao final, todos os participantes receberam uma cartilha com as orientações sobre o manejo no processo de compostagem.

A oficina de Armazenamento de Sementes contou inicialmente com a participação de mulheres da comunidade e, em seguida, alguns homens e crianças foram se aproximando da roda, motivados pela curiosidade. A metodologia da oficina foi baseada em um roteiro de perguntas relacionadas ao tema, para conhecer as experiências e a realidade local, e compreender o conhecimento dos participantes sobre Agroecologia, Sementes Crioulas e também sobre o uso e o consumo de agrotóxicos. Muitos já conheciam a Agroecologia e afirmaram que cultivavam sementes crioulas.

Verificou-se que as famílias de Sítio Alto, ao tempo que conhecem e fazem uso de várias ervas medicinais, desconhecem muitas das tecnologias sociais (como biodigestor, fossa séptica, fogão agroecológico, dentre outras) que poderiam melhorar as condições de produção e a situação alimentar e nutricional.

## **Retorno à população**

No momento dos atendimentos, os casos de maior necessidade receberam orientações individualizadas e foram encaminhados para a equipe de saúde e de assistência social do município responsável pela comunidade.

Algumas atividades educativas foram realizadas no final das tardes de atendimento, visando atender de forma coletiva os principais problemas que estavam sendo identificados: orientações sobre aleitamento materno e alimentação infantil, tendo em vista o expressivo número de gestantes e lactantes; roda de conversa sobre alimentação saudável, considerando as informações identificadas na coleta de dados sobre o consumo alimentar dessa população. Foi ainda realizado um treinamento sobre manipulação e conservação de alimentos com as merendeiras, além das oficinas de plantio e cultivo.

A equipe do Programa Saúde da Família esteve presente colaborando com as avaliações e com a mobilização da comunidade. O perfil nutricional

e as avaliações realizadas estão sendo úteis para a equipe, de modo que os resultados obtidos durante a atividade do Tempo Comunidade não ficaram restritos aos dias da ação.

A participação de integrantes da equipe do Programa Saúde da Família possibilitou que algumas pessoas fossem atendidas imediatamente, sem que precisassem esperar um agendamento futuro. Como exemplo, aquelas com pressão arterial elevada que necessitavam de medicação, a partir das aferições realizadas durante a ação, já saíam com orientações, receituário e até mesmo com agendamento de consulta para acompanhamento do problema encontrado.

Com relação aos problemas de nutrição, parte das atividades realizadas durante o Tempo Comunidade foi de cunho educativo, buscando-se com isso ampliar o conhecimento da população sobre os alimentos que deveriam ser consumidos e os que deveriam ser evitados. Diante dos casos de sobrepeso e obesidade, assim como os de baixo peso e ou baixa estatura para a idade, foram realizadas avaliações individuais e atividades coletivas.

Pensando no combate à obesidade identificada durante a ação, posteriormente foram realizadas várias palestras com a população adulta, objetivando informar o quanto a obesidade e o sobrepeso contribuem de forma negativa para a Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) e o Diabetes Mellitus (DM). Nesse quesito, a médica da equipe solicitou ajuda de um educador físico que faz parte da equipe do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) para contribuir com orientações especializadas para a realização de atividade física de acordo com a idade e a necessidade. Porém, apesar do êxito com casos isolados, a médica relatou a necessidade de a equipe persistir com o trabalho educativo relacionado ao estilo de vida e ao controle dessas doenças. Por outro lado, foram observadas algumas dificuldades em relação às orientações sobre uma dieta saudável, tanto em relação ao respeito à cultura local, mas principalmente pelo fato de que a escolha dos alimentos, na maioria dos casos, fica à mercê do pouco recurso econômico e natural disponível.

Só havia um atendimento médico por mês para todas as idades. Depois da ação conjunta de pesquisa e extensão, percebeu-se que havia uma grande demanda para discutir e tratar os desvios de nutrição na população infantil, de modo que a médica passou a fazer dois atendimentos mensais na

comunidade, sendo um deles direcionado a contemplar as demandas específicas das crianças.

Levando em consideração a frequente queixa dos pais em relação à falta de apetite de muitas crianças, o atendimento agora se inicia com uma palestra com o objetivo de fortalecer hábitos alimentares saudáveis e horários regulares dentro do contexto e da possibilidade das famílias, estimulando-as a substituir os alimentos industrializados por alimentos *in natura*. Posteriormente, ocorrem os atendimentos individuais. A questão da nutrição também continuou sendo abordada com grupos de gestantes. Além de pontuar e socializar informações sobre a alimentação adequada e saudável durante a gestação, a equipe deu ênfase à importância do aleitamento materno exclusivo às crianças até o 6º mês de vida.

Os casos detectados de anemia foram estudados e receberam o devido tratamento. Entre eles, chamou atenção o de uma criança que era completamente assintomática e apresentou valor bastante reduzido de hemoglobina, detectando-se anemia ferropriva. A criança apresentou boa recuperação depois do tratamento. Esse foi um diagnóstico considerado importante pela equipe do Programa Saúde da Família, tendo em vista que, se a atividade do Residência Agrária não tivesse ocorrido, o caso poderia ter passado despercebido, aguardando a sintomatologia e podendo ter graves consequências para ela.

A partir das aferições de pressão arterial e glicemia capilar, foram diagnosticados novos casos de Diabetes Mellitus e Hipertensão Arterial Sistêmica, que passaram a receber orientações e acompanhamento de acordo com os protocolos do Ministério de Saúde.

Muitos são os desafios para enfrentar outros problemas de saúde também detectados e que estão relacionados diretamente com a situação de saúde, como o consumo de água sem tratamento adequado, falta de saneamento básico, entre outros, que foram encaminhados às respectivas secretarias responsáveis.

A pedido da comunidade, os resultados do trabalho foram compilados em uma publicação impressa intitulada "Cultura, Tradições e Segurança Alimentar da Comunidade de Sítio Alto, Sergipe", contando a história da comunidade, com destaque para as composições musicais do samba de coco e das danças de roda, que retratam como era a vida e o cotidiano das famílias



dessa comunidade, com levantamento sobre a história alimentar, as ervas medicinais e outras identificações culturais. Foram registrados os relatos da experiência de intervenção, com socialização dos dados levantados durante as ações de saúde e de agroecologia do Tempo Comunidade. O material foi bastante ilustrado com fotografias das ações realizadas e da comunidade (paisagem, cisternas, plantações, domicílios, escola, igreja e outros). A publicação foi entregue à comunidade e recebida com muita comemoração. Com o objetivo de sensibilizar os órgãos competentes, esse material foi entregue também a todos os integrantes da equipe da Saúde da Família local, à Secretaria Municipal de Saúde e ao Conselho Municipal de Saúde de Simão Dias.

A coordenação do Residência Agrária - UFS também organizou a gravação de um vídeo que contemplou momentos de várias ações Tempo Comunidade, incluindo a de Sítio Alto. A partir desse material, houve a socialização dos resultados no encerramento do curso com os demais alunos da turma e envolvidos que não puderam participar da ação.

## Considerações finais

O breve levantamento do aspecto teórico aqui apresentado mostrou os avanços na produção de indicadores e nos métodos de avaliação da SAN no Brasil, bem como os resultados positivos alcançados nos últimos anos. Por outro lado, apresentou a reflexão sobre a necessidade de realizar avaliações e ações mais abrangentes, contemplando as diferentes dimensões dessa temática, em especial a produção.

As atividades realizadas em Sítio Alto tiveram a proposta de abranger a SAN, contemplando diferentes áreas, e possibilitaram a troca de conhecimentos entre agricultores e agricultoras que vivenciam cotidianamente a “arte da prática”, juntamente com os docentes e discentes do curso de Residência Agrária, profissionais locais e demais envolvidos de forma bastante satisfatória.

Trabalhos de campo trazem benefícios para as comunidades e fundamentalmente para os discentes, que têm a oportunidade de vivenciar a prática profissional, agregando ao seu conhecimento teórico uma visão mais ampla e madura de diferentes contextos e realidades socioculturais. No caso específico da atividade de extensão, considera-se a contribuição para a formação de profissionais mais sensíveis às diferentes situações e ao uso de indicadores para avaliar condições de (In)Segurança Alimentar e Nutricional de uma população com um olhar que se estende da produção ao consumo de alimentos, associado aos aspectos socioculturais.

## Referências

ALVES, K. P. S.; JAIME, P. C. A política nacional de alimentação e nutrição e seu diálogo com a política nacional de segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, 19(11): 4331-4340, 2014.

ANJOS, L. A.; BURLANDY, L. Construção do conhecimento e formulação de políticas públicas no Brasil na área de segurança alimentar. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 19-30, 2010.

AZEVEDO, E.; RIBAS, M. T. G. O. Estamos seguros? Reflexões sobre indicadores de avaliação da segurança alimentar e nutricional. **Rev. Nutr.**, Campinas, 29(2):241-251, mar./abr. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa Brasil Quilombola**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006a.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.346, 15 de dezembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2006b.

\_\_\_\_\_. Casa Civil. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). **A segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada no Brasil**. Brasília: Consea, 2010a. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/a-seguranca-alimentar-e-nutricional-e-o-direito-humano-a-alimentacao-adequada-no-brasil-1/relatorio-consea.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.272, 25 de agosto de 2010**. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2010b.

\_\_\_\_\_. Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Sisan: Diagnóstico de Implantação no Âmbito Estadual**. Brasília. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010c. Disponível em: <<http://www.sesc.com.br/mesabrazil/doc/Documento-base-Diagnostico-SISAN.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Guia de políticas e programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2011a.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo quilombolas**. Brasília. 2011b. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?codmun=421420&idtema=79>>. Acesso em: 05 out. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio: Segurança Alimentar - 2013**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91984.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Mapa SAN 2014: Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2015a.

\_\_\_\_\_. Casa Civil. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan). **Indicadores e principais resultados do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: Caisan, 2015b. Disponível em: <<http://issuu.com/informecaisan/docs/indicadoreseprincipaisresultadosdop>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. **A atual agenda de Segurança Alimentar e Nutricional e suas perspectivas**. Brasília/DF: CAISAN, 2015c.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Estados: Sergipe**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2015d. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=se>>. Acesso em: 02 jan. 2016.

BURITY, V. et al. **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2010.

CARNEIRO, F. F. et al. (Orgs.). **Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. 1ª Parte. Rio de Janeiro: Abrasco, 2012.

FAGUNDES, A. A.; FAGUNDES, R.; MENEZES, S. **Cultura, tradições e segurança alimentar da comunidade de Sítio Alto, Simão Dias, Sergipe**. Aracaju: J. Andrade, 2016.

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (ONU). **O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: agendas convergentes**. Brasília: FAO, 2015. Disponível em: <<http://issuu.com/informecaisan/docs/indicadoreseprincipaisresultadosdop>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

FAO - The State of Food Insecurity in the World. **Strengthening the enabling the enabling environment for food security and nutrition**. Rome, FAO, 2014. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i4030e.pdf> >. Acesso em: 10 nov. 2015.

KEPPLE, A. W.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, vol. 16(1), p. 187-199, 2011.

PANELLI-MARTINS, B. E.; SANTOS, S. M. C.; ASSIS, A. M. O. Segurança alimentar e nutricional: desenvolvimento de indicadores e experimentação em um município da Bahia, Brasil. **Revista de Nutrição**, Campinas/SP, vol. 1, n. 21, p. 6581, 2008.

PEIXOTO, A. **Segurança alimentar e nutricional**. Textos de estudos legislativos. Senado Federal: 2014. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/temas-e-agendas-para-o-desenvolvimento-sustentavel/seguranca-alimentar-e-nutricional>>. Acesso em: 30 out. 2016.

SCHUTTER, O. **A agroecologia e o direito humano à alimentação adequada**. Brasília: MDA, 2012.

SEVILLA-GUZMÁN, E. As bases sociológicas da agroecologia. In: Encontro Internacional sobre Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. FCA/UNESP, Botucatu: **Anais**. CD-ROM. v.1, 2001.

**Figura 1:** Dinâmica de reconhecimento de sementes



Fonte: Foto de Rita Fagundes.

**Figura 2:** Coleta para exames



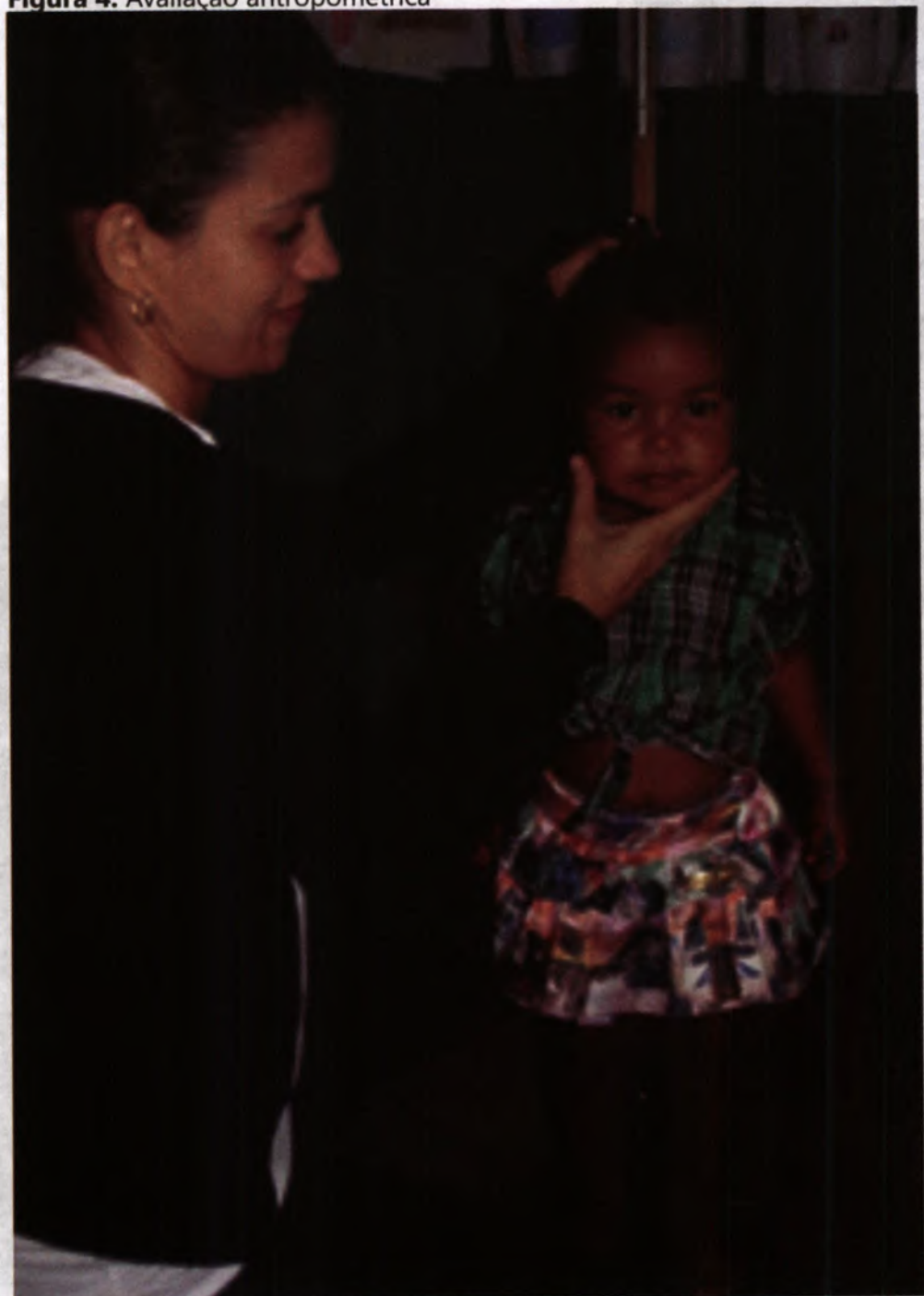
Fonte: Foto de Danielle Góes.

**Figura 3:** Produção de materiais de divulgação das atividades



Fonte: Foto de Wagner Araújo.

**Figura 4:** Avaliação antropométrica



Fonte: Foto de Rita Fagundes.





# A RESPEITO DOS ORGANIZADORES

### **Mônica Castagna Molina:**

É graduada em Ciências Jurídicas e Sociais (1989) pela PUC/Campinas, especialista em Políticas Públicas e Governo (1997) pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), mestre em Sociologia Rural (1998) pela Unicamp, doutora em Desenvolvimento Sustentável (2003) pela Universidade de Brasília e tem Pós-doutorado em Educação (2013) pela Unicamp. É professora Adjunta da Universidade de Brasília (UnB), da Licenciatura em Educação do Campo, no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural e do Programa de Pós-Graduação em Educação, onde coordena a Linha de Pesquisa Educação Ambiental e Educação do Campo desde 2013. É coordenadora da pesquisa "Análise de práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais da Educação e das Ciências Agrárias nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte" pelo Observatório da Educação da Capes (2013-2017). Coordenou o Pronera e o Programa Residência Agrária. Participou da I Pesquisa Nacional da Reforma Agrária, em 2003-2004 (I PNERA) e Coordenou a II Pesquisa Nacional da Reforma Agrária (II PNERA), financiada pelo IPEA, em 2013-2015. Coordenou a Pesquisa Capes/CUBA, no período de 2010-2014. Coordenou a pesquisa "A Educação Superior no Brasil (2000-2006) - Uma Análise Interdisciplinar das Políticas para o Desenvolvimento do Campo Brasileiro", financiada pelo Observatório de Educação da Capes. Integra a pesquisa "Formação Docente e a Expansão do Ensino Superior", na coordenação do Sub 07: Educação Superior do Campo, pelo Projeto Observatório da Educação do Campo da Capes. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Sociologia da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação do Campo, Formação de Educadores, Políticas Públicas, Reforma Agrária, Desenvolvimento Sustentável.

### **Fernando Michelotti:**

É graduado em Engenharia Agrônoma (1993) pela Universidade de São Paulo (ESALQ-USP), mestre em Planejamento do Desenvolvimento (2001) pela Universidade Federal do Pará (NAEA-UFPA) e doutorando em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ). É Professor Adjunto IV da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), vinculado ao Instituto de Estudos do Desenvolvimento Agrário e Regional. Coordenou o curso de especialização em Educação do Campo, Agroecologia e Questão Agrária na Amazônia/Residência Agrária, em parceria com o IALA - Via Campesina.

**Rafael Litvin Villas Boas:**

Graduado em Jornalismo (2001), mestre em Comunicação Social (2004) e doutor em Literatura (2009) pela Universidade de Brasília. Tem pós-doutorado em Artes Cênicas pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade de São Paulo (2017). Integra os Programas de Pós-Graduação, mestrado Profissional em Artes (Profartes/UnB) e Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe. Coordena os grupos de pesquisa Modos de Produção e Antagonismos Sociais, e Terra em Cena: teatro e audiovisual na Educação do Campo. É coordenador de Extensão da Faculdade UnB Planaltina (FUP) e da Escola de Teatro Político e Vídeo Popular. Desenvolve pesquisas nas áreas de Estética e Política, Cultura, Identidade e Território, e as interfaces entre questão agrária e questão racial no Brasil.

**Rita de Cássia Fagundes:**

É graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2005), em Direito pela Universidade Paranaense (2004) e mestra em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (2010). Foi coordenadora pedagógica do curso de Pós-Graduação em Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe e é integrante do Núcleo de Estudos e Vivências Agroecológicas (EVA-UFS), da Rede Sergipana de Agroecologia (Resea) e da Rede Nordeste de Núcleos de Agroecologia (Renda/CNPq). Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

# ALBERTO DOS AUTORES



**A RESPEITO DOS  
AUTORES**

**Adriana Fernandes Souza:** Licenciada em Educação do Campo e especialista em Residência Agrária pela Universidade de Brasília (UnB). Trabalha com educação popular e teatro político, com a questão negra e da violência contra a mulher. Atualmente é educadora de jovens e adultos no Programa Pro-jovem Campo Saberes da Terra e é integrante da equipe de coordenação política pedagógica do Residência Agrária Jovem - Universidade de Brasília/CNPq. É mestranda da Faculdade de Educação da UnB.

**Amaury da Silva Santos:** É graduado em Agronomia (1992) e mestre em Fitotecnia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1995), e doutor em Produção Vegetal pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (2000). Atualmente é pesquisador da Embrapa e coordenador do Núcleo de Agroecologia da Embrapa Tabuleiros Costeiros e integrante da Rede Sergipana de Agroecologia (Resea). Desenvolve atividades com sementes crioulas no estado da Paraíba, conhecidas por Sementes da Paixão. Desenvolve também pesquisas participativas em comunidades e assentamentos de Reforma Agrária, tendo como perspectiva a construção do conhecimento agroecológico por meio da sistematização de experiências agroecológicas e de seu intercâmbio entre agricultores e técnicos.

**Ana Cláudia Diogo Tavares:** Possui graduação em Direito e mestrado em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF), além de doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Foi colaboradora no Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direitos Sociais do Campo, da Universidade Federal de Goiás (UFG). Atualmente é Professora Adjunta do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH) e professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPDH/UFRJ).

**Ana Manuela Chã:** É graduada em Psicologia pela Universidade de Lisboa e mestra em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (Unesp). Faz parte da coordenação do Coletivo de Cultura do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Tem experiência na área de psicologia social, cultura e comunicação com ênfase em audiovisual e movimentos sociais.

**Andhressa Araújo Fagundes:** É doutora em Nutrição Humana pela Universidade de Brasília - UnB (2013), mestra em Ciências da Saúde - UnB (2006) e graduada em Nutrição (2002). É especialista em Gestão de Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição, e em Vigilância Alimentar e Nutricional para a População Indígena, pela Fundação Oswaldo Cruz. Atua nas linhas de pesquisa: Nutrição na Atenção Primária à Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional, e Educação Alimentar e Nutricional; Pesquisa Qualitativa em Saúde; Políticas e Programas de Alimentação e Nutrição. Atualmente é professora

do Departamento de Nutrição e do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Nutrição da Universidade Federal de Sergipe (UFS), e Coordenadora adjunta do Observatório de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de Sergipe (OSANES).

**Andrea C. Matheus:** Engenheira Agrônoma e mestra em Agricultura Orgânica pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Atua no Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST.

**Andrea Machado Camurça:** É graduada em Economia Doméstica pela Universidade Federal do Ceará (UFC), especialista em Segurança Alimentar e Nutricional pela Universidade Estadual do Ceará (UECe) e mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFC). Foi Secretária Executiva da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) e desde 2005 é pesquisadora do Programa Residência Agrária (PRA). Atualmente é Professora Adjunta da Universidade de Brasília, docente da Licenciatura em Educação do Campo e integra o Programa de Pós-Graduação em Educação e o Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, da Universidade de Brasília.

**Ayala Lindabeth Dias Ferreira:** Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (2005) e especialização em Residência Agrária/Proneira pela UFPA/Campus de Marabá (2012). Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), compõe a equipe pedagógica do Instituto de Agroecologia Latino-Americano Amazônico (IALA Amazônico). Atuando nesses espaços, acumulou experiência na educação popular e em sistemas produtivos no bioma amazônico (bioconstruções, criação de pequenos animais, produção de mudas nativas na Amazônia e apicultura).

**Bárbara Loureiro Borges:** É graduada em Engenharia Florestal pela Universidade de Brasília (UnB). Foi aluna do Curso de Especialização em Residência Agrária também da UnB. Possui formação e cursos na área de Agroecologia e Questão Agrária, e experiência em Extensão Rural, atuando em assentamentos e acampamentos de Reforma Agrária. Atualmente é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (UnB).

**Beatriz Casado Baidés:** Possui graduação em Antropologia Social y Cultural - Universidad Miguel Hernández (2007) e mestrado universitário em Desarrollo y Cooperación Internacional pelo Instituto HEGOA - Universidad del País Vasco (UPV-EHU) (2008). Foi Integrante da equipe de coordenação do curso de especialização em Residência Agrária da Universidade de Brasília (Proneira/CNPq/FUP) e atualmente é doutoranda do Programa de Doctorado en Estudios sobre Desarrollo do Instituto HEGOA - Universidad del País Vasco (UPV-EHU).

**Carla Tatiane Guindani:** Possui graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e mestrado em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

**Charlotte Emanuele da Silva Sousa:** Possui graduação em Agroecologia pelo Instituto Federal de Brasília (2013) e Pós-Graduação *Lato Sensu* em Residência Agrária com ênfase em Agroecologia pela Faculdade UnB Planaltina (2015). Linhas de pesquisa: gênero, raça, educação, teatro do oprimido.

**Clarice Aparecida dos Santos:** Graduada em Pedagogia pela Universidade de Ijuí/RS, mestra em Educação pela Universidade de Brasília (UnB) e doutora em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Foi analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e, entre 2007 e 2015, foi Coordenadora-Geral de Educação do Campo e Cidadania, e do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea). É professora da Universidade de Brasília.

**Daniel Albiero:** Possui graduação em Engenharia Agrícola pela Faculdade de Engenharia Agrícola da Unicamp (2001) e em Física pela Unicamp (1996), mestrado (2005) e doutorado (2009) em Engenharia Agrícola também pela Unicamp. Atualmente é bolsista de Produtividade Desen. Tec. e Extensão Inovadora do CNPq e Professor Adjunto de Máquinas e Energia na Agricultura da Universidade Federal do Ceará (UFC), Coordenador do Gemasa (Grupo de Pesquisas em Energia e Máquinas para a Agricultura do Semiárido) e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola da UFC (PPGEA-UFC).

**Daniel Mancio:** É professor do Departamento de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Tem graduação em Agronomia (2002) e mestrado em Solos e Nutrição de Plantas pela Universidade Federal de Viçosa (2008), além de especialização em Economia e Desenvolvimento Agrário (2010) e doutorado em Produção Vegetal pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Atua no curso de Educação do Campo, ministrando aulas de Questão Agrária, Agroecologia e Desenvolvimento Rural, e atua em projetos nas áreas de organização das áreas de Reforma Agrária e no desenvolvimento da agroecologia em assentamentos.

**Débora Franco Lerrer:** Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com mestrado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP), doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ) e pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Foi coordenadora do Curso de Especializa-



ção em Residência Agrária da UFRRJ, onde atualmente é Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Desenvolve pesquisas em torno dos seguintes temas: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, questão agrária, agronegócio, mediações jornalísticas e educação superior no campo.

**Diana Mendes Cajado:** Possui graduação em Engenharia de Pesca (2010) e mestrado em Economia Rural (2013) pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e doutorado em andamento no Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema/UFC). É pesquisadora voluntária do Programa Residência Agrária. Tem experiência docente em graduação e pós-graduação nas áreas: economia e áreas afins, estágio supervisionado, orientação de trabalhos de conclusão de curso, metodologia do trabalho científico, gestão ambiental e áreas afins, além da experiência em projetos de extensão com ênfase em extensão rural.

**Dominique Michèle Perieto Guhur:** É graduada em Agronomia e mestra em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Trabalha com movimentos sociais desde 1999 nas áreas de agroecologia, educação popular, Educação do Campo, metodologia de pesquisa e economia política. Atualmente é integrante do Coletivo de Acompanhamento Político-Pedagógico da Escola Milton Santos, do Centro de Formação em Agroecologia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Paraná.

**Elenara Ribeiro da Silva:** Tem graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade de São Paulo (USP) e mestrado pelo Programa de Pós-Graduação Multiunidades em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade de Campinas (Unicamp). Tem experiência em elaboração, execução e acompanhamento de projetos relacionados à Formação, Pesquisa-Ação-Desenvolvimento, Educação Ambiental e Extensão Rural.

**Erika Macedo Moreira:** Graduada em Direito e mestra em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutora em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é professora da Universidade Federal de Goiás (UFG), coordenadora do Observatório Fundiário Goiano (Ofungo) e do Curso de Direito para beneficiários da Reforma Agrária e agricultores familiares (UFG/ INCRA-Pronera).

**Fábio Ramos Nunes:** Graduado em Administração pelo Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. Foi aluno do Curso de Especialização em Residência Agrária e atualmente é aluno do mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, ambos pela Universidade de Brasília (UnB).

**Fernando Michelotti:** É graduado em Engenharia Agrônoma (1993) pela Universidade de São Paulo (ESALQ-USP), mestre em Planejamento do Desenvolvimento Rural (2001) pela Universidade Federal do Pará (NAEA-UFPA) e

doutorando em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ). É Professor Adjunto IV da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), vinculado ao Instituto de Estudos do Desenvolvimento Agrário e Regional. Coordenou o curso de especialização em Educação do Campo, Agroecologia e Questão Agrária na Amazônia/Residência Agrária, em parceria com o IALA - Via Campesina.

**Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo:** É Professora Associada da Universidade Federal do Ceará (UFC). Possui doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. É professora/orientadora no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema/UFC) e no Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da UFC. Coordenou o curso de especialização em Residência Agrária na Universidade Federal do Ceará e é membro da Comissão Pedagógica Nacional do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea).

**Geraldo José Gasparin:** É graduado em Filosofia e mestre em Desenvolvimento Territorial para a América Latina e Caribe do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI). Foi coordenador-geral da Escola Nacional Florestan Fernandes no período de 2006 a 2011.

**Haroldo de Souza:** Possui graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade de São Paulo (2000), mestrado em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (2010). É professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) e atualmente é doutorando do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).

**Ivana Leila Carvalho Fernandes:** É graduada em Pedagogia (2015) e Economia Doméstica (2005), especialista em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo (2007) e mestra em Avaliação de Políticas Públicas (2013). Tem experiência na área de Desenvolvimento Rural, com ênfase em Políticas Públicas, Educação do Campo, Movimentos Sociais, Extensão Rural, Agroecologia e Relações de Gênero e Família. Atualmente é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará (Prodema/UFC).

**Janaina Tude Sevá:** É bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF), tem mestrado e doutorado pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Atualmente é professora do Curso de Direito da Universidade Federal de Goiás (UFG) e pesquisadora colaboradora do Observatório Fundiário Goiano (Ofungo/UFG)

**José Jonas Duarte da Costa:** Tem graduação em História e mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal da Paraíba, e doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). É Professor Associado III do Departamento de História da UFPB e membro da Comissão Pedagógica Nacional do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea). Coordenou o Programa de Residência Agrária - Processos Históricos e Inovações Tecnológicas no Semiárido, mediante parceria UFPB/Insa.

**José Maria Tardin:** Foi coordenador da Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA) e assessor pedagógico em cursos de Agroecologia em vários países da América Latina. Atua na formação em Agroecologia em escolas técnicas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, assessorando cursos de Especialização em Agroecologia em parceria com universidades e institutos de pesquisa.

**Josefa Adriana Leal dos Santos:** É graduada em Medicina (ELAN), tem Especialização em Residência Agrária pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e é integrante do Setor de Saúde do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Atualmente é servidora pública, exercendo a função de médica do Programa Saúde da Família em Simão Dias/SE.

**Karla Karolline de Jesus Abrantes:** Possui graduação em Economia Doméstica (2012) e mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (2015). Foi bolsista do Residência Agrária e têm publicações e estudos nas áreas de Economia Doméstica com enfoque nos temas de assentamentos rurais, segurança alimentar e nutricional, relações de gênero, mulheres rurais e agroecologia. Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema/UFC).

**Laura Angélica Ferreira:** Possui graduação em Zootecnia pela Universidade Federal de Viçosa/MG (1993), mestrado em DEA ETES: Environnement, Temps, Espace et Société - Université D'Orléans (1994) e doutorado em Développement Rural et Système d'Élevage - Institut National Agronomique Paris-Grignon (2001). Atualmente é Professora Associada da Universidade Federal do Pará.

**Lígia Alves Viana:** É graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará (UECe) e mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Ceará (Prodema/UFC). Atualmente é integrante do Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas em Agroecologia (NEEPA), vinculado ao Programa Residência Agrária e Núcleo Tramas - Trabalho, Meio Ambiente e Saúde, ambos da Universidade Federal do Ceará (UFC).

**Luiz Henrique Gomes de Moura:** É Engenheiro Florestal formado na Universidade de Brasília (UnB), especialista em Agroecologia e mestre em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e doutor em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade

Federal de Goiás (UFG). Militante pela Reforma Agrária, tem realizado estudos e pesquisas nas áreas de agroecologia, soberania alimentar, questão agrária, questão ambiental e novas dinâmicas da acumulação capitalista. Integra o grupo de pesquisa Modos de Produção e Antagonismos Sociais (UnB) e o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Geografia Agrária e Dinâmicas Territoriais (UFG).

**Marcela Medeiros de Castro:** Tem graduação em Educação do Campo e especialização em Residência Agrária pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). É integrante da Federação de Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro e uma das Coordenadoras do Assentamento Celso Daniel - Macaé/RJ.

**Marcelo Bruno Ribeiro Barbosa:** Graduado em Agronomia pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), atuou no fortalecimento e na consolidação do Núcleo Interdisciplinar de Agroecologia e Educação do Campo (Naec) e do Instituto de Agroecologia Latino-Americano Amazônico (IALA Amazônico). Atualmente é mestrando do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

**Marco Antonio Ribeiro Baratto:** Tem graduação em Pedagogia, mestrado em Educação Ambiental e Educação do Campo e doutorado em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB). Participou da equipe pedagógica do Curso de Especialização *Lato Sensu* em Residência Agrária (UnB/CNPq/Pronera) e da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF).

**Maria Inês Escobar da Costa:** É professora da Universidade Federal do Cariri/UFCa, possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal de Viçosa - UFV/MG (2002) e mestrado em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília - CDS/UnB (2006). Atualmente é doutoranda na Universidade de São Paulo - FEUSP/USP. Tem experiência na área de Agronomia, com ênfase em Extensão Rural, Agroecologia e Educação do Campo, atuando principalmente nos seguintes temas: assentamentos rurais, Educação do Campo, meio ambiente e cultura. Atualmente é coordenadora da Especialização em Cultura Popular, Arte e Educação do Campo - Residência Agrária.

**Rafael Litvin Villas Bôas:** Graduado em Jornalismo (2001), mestre em Comunicação Social (2004) e doutor em Literatura (2009) pela Universidade de Brasília. Tem pós-doutorado em Artes Cênicas pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade de São Paulo (2017). Integra os Programas de Pós-Graduação, mestrado Profissional em Artes (Profartes/UnB) e Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe. Coordena os grupos de pesquisa Modos de Produção e Antagonismos Sociais, e Terra em Cena: teatro e audiovisual na Educação do Campo. É coordenador de Extensão da

Faculdade UnB Planaltina (FUP) e da Escola de Teatro Político e Vídeo Popular. Desenvolve pesquisas nas áreas de Estética e Política, Cultura, Identidade e Território, e as interfaces entre questão agrária e questão racial no Brasil.

**Ranielle Caroline de Sousa:** Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e mestrado em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é Professora Substituta da Universidade Federal de Goiás, advogada do Cerrado Assessoria Jurídica Popular e coordenadora do curso de Direito da Faculdade de Inhumas/GO.

**Rita Fagundes:** É graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2005), em Direito pela Universidade Paranaense (2004) e mestra em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (2010). Foi coordenadora pedagógica do curso de Pós-Graduação em Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe e é integrante do Núcleo de Estudos e Vivências Agroecológicas (EVA-UFS), da Rede Sergipana de Agroecologia (Re-sea) e da Rede Nordeste de Núcleos de Agroecologia (Renda/CNPq). Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

**Roseli Salete Caldart:** É graduada em Pedagogia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), mestra em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integra o Setor de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e atualmente é assessora pedagógica do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Iterra), além de coordenar o curso de Licenciatura em Educação do Campo, parceria Iterra-UnB-MEC.

**Sônia Barbosa Magalhães:** Possui graduação e mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), doutorado em Antropologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e em Sociologia pela Université Paris 13. Atualmente é professora da Universidade Federal do Pará, vinculada ao Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural.

**Tatiana Canuto Silva:** É nutricionista graduada pela Universidade Federal de Sergipe (2016). Participou das ações de Extensão do Eixo de Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional do curso de Especialização em Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe. Atualmente é mestranda em Ciências da Nutrição pela Universidade Federal de Sergipe (2017-2019) e pós-graduanda (nível de Especialização) em Segurança Alimentar e Nutricional pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2016-2017).

ISBN 978-85-230-1208-3



9 788523 012083



UnB | CTEC



CAPES